Destinatários:
Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

134 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 12/09 a 16/09/2022

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU **1**
Subida dos preços da energia 1
This is Europe - Primeira-Ministra da Finlândia 1
Salários mínimos adequados 1
Alterações climáticas e desflorestação 1
Estado de direito na Hungria 2
2. ESTADO DA UNIÃO 2022 **2**
3. VISITA DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA À UCRÂNIA **3**
4. ELEIÇÕES NA SUÉCIA **3**
5. COMISSÃO EUROPEIA | PREÇOS DA ENERGIA **4**
6. COMISSÃO EUROPEIA | PROIBIÇÃO DE PRODUTOS FABRICADOS COM RECURSO AO TRABALHO FORÇADO NO MERCADO DA UE **5**
7. COMISSÃO EUROPEIA | CIBER-RESILIÊNCIA **5**
8. COMISSÃO EUROPEIA | LIBERDADE MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL **6**
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE **6**
Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas 6
10. NOVO SECRETÁRIO-GERAL DO PARLAMENTO EUROPEU **7**
11. NOVO DEPUTADO PORTUGUÊS NO PARLAMENTO EUROPEU **7**
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA **7**
Parlamento Europeu 7
Comissão Europeia 7
Conselho da União Europeia 7

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana teve lugar, em Estrasburgo, a sessão plenária do Parlamento Europeu, destacando-se os seguintes debates:

Subida dos preços da energia

Os membros do Parlamento Europeu discutiram com a Comissão Europeia a resposta da UE ao aumento acentuado dos preços da energia, tendo a Presidente da Comissão informado que iria apresentar propostas de emergência sobre o tema no discurso sobre o Estado da União (Cfr. pontos 2 e 5) e a Presidência checa anunciado que o Conselho procuraria aprovar as propostas durante a reunião prevista para o final de setembro. Também a Comissária Kadri Simson referiu que as medidas a propor se prenderiam sobretudo com a redução da procura de eletricidade e limites da remuneração da energia, tendo os deputados enfatizado a necessidade de assegurar que a resposta da UE se baseie na solidariedade e que os lucros obtidos pelas empresas de energia sejam utilizados para proteger os consumidores, apelando a um maior impulso às energias renováveis e interconexões energéticas transfronteiriças.

Sobre esta questão, o PE aprovou ainda neste plenário duas diretivas para aumentar a proporção de energias renováveis no consumo final de energia da UE para 45% até 2030, no âmbito da revisão da Diretiva das Energias Renováveis, e para rever a Diretiva relativa à Eficiência Energética, que estabelece metas de poupança no consumo de energia primária e final na UE.

This is Europe - Primeira-Ministra da Finlândia

No sexto debate «This is Europe», a Primeira-Ministra da Finlândia, Sanna Marin, exortou a Europa a apoiar militarmente a Ucrânia e a impulsionar a independência energética da Europa com as energias renováveis. Referiu-se ainda à necessidade de reforço da autonomia estratégica europeia na energia, produção de material de defesa, soberania alimentar e tecnologia, necessitando de um orçamento suficiente para responder às crises e desafios. Os deputados saudaram no debate a decisão da Finlândia de se tornar candidato à adesão à NATO.

Salários mínimos adequados

O PE aprovou também a nova legislação sobre salários mínimos adequados na UE, que prevê que o salário mínimo deve assegurar um nível de vida digno, que as regras da UE respeitem as práticas nacionais de fixação de salários, o reforço da negociação coletiva nos países em que abrange menos de 80% dos trabalhadores e a garantia do direito de recurso dos trabalhadores, dos seus representantes e dos membros de sindicatos em caso de violação das regras.

Alterações climáticas e desflorestação

O plenário do PE adotou a sua posição sobre a proposta da Comissão para um regulamento sobre produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal, obrigando as empresas a verificar que os produtos vendidos na UE não foram produzidos em terras desflorestadas ou degradadas em qualquer parte do mundo, propondo os deputados que as empresas verifiquem ainda se os produtos são produzidos de acordo com as disposições de direitos humanos do direito internacional e se respeitam os direitos dos povos indígenas. O PE propõe ainda alargar o âmbito de aplicação dos produtos: a proposta da Comissão abrange gado, cacau, café, óleo de palma, soja e madeira e o Parlamento quer também incluir carne de suíno, ovino e caprino, aves, milho e borracha, bem como carvão vegetal e produtos de papel impresso.

Estado de direito na Hungria

O PE condenou os «*esforços deliberados e sistemáticos do governo húngaro*» contra os valores europeus e exigiu resultados no processo do artigo 7.º, referindo que a falta de uma ação decisiva da UE contribuiu para o surgimento de um «*regime híbrido de autocracia eleitoral*». Através de um relatório aprovado nesta sessão plenária, o PE mostra uma visão geral da evolução das 12 áreas de preocupação, demonstrando que os valores consagrados no artigo 2.º dos Tratados, como a democracia e os direitos fundamentais, se deterioraram ainda mais, instando a Comissão a fazer uso pleno de todos os instrumentos à sua disposição, em particular do regulamento da condicionalidade orçamental.

2. ESTADO DA UNIÃO 2022

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proferiu esta semana no Parlamento Europeu o seu discurso sobre o Estado da União 2022, apresentando as iniciativas emblemáticas que a Comissão tenciona lançar no próximo ano, pretendendo muitas delas responder às recomendações dos cidadãos formuladas no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Destacam-se nestas iniciativas: *Continuar a apoiar firmemente a Ucrânia e o seu povo, nomeadamente mobilizando toda a força do mercado único da UE; Adotar medidas para apoiar os europeus a resistir à crise energética; Apoiar o setor empresarial, em especial as pequenas e médias empresas, a fim de reforçar a competitividade futura da Europa; Reduzir a dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis russos e trabalhar em estreita colaboração com fornecedores fiáveis; Investir mais nas energias renováveis e, em particular, no hidrogénio; Liderar, a nível mundial, a adaptação às alterações climáticas e proteger a nossa natureza; Continuar a defender a democracia, a nível interno e em todo o mundo, e o Estado de direito.*

A Presidente da Comissão Europeia referiu que «A*s instituições democráticas têm de ganhar e recuperar constantemente a confiança dos cidadãos. Temos de ser capazes de ultrapassar os obstáculos que a história coloca no nosso caminho. Tal como os europeus fizeram quando milhões de ucranianos bateram à sua porta. Este exemplo é a Europa no seu melhor. Uma União de determinação e solidariedade*». Declarou ainda que «*Putin vai falhar e a Europa vai prevalecer*» e que as sanções «*estão para ficar*». Referiu-se também à adoção de medidas para colmatar o aumento dos preços da energia, ao combate à interferência estrangeira e à cooperação com países terceiros.

O debate foi aberto pela Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, tendo intervindo também os líderes dos grupos políticos do PE, encontrando-se as respetivas intervenções disponíveis aqui. O vídeo completo do debate encontra-se também disponível.

A Presidente da Comissão Europeia enviou também uma carta de intenções à Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e ao primeiro-ministro da República Checa, Petr Fiala, que exerce atualmente a Presidência do Conselho, especificando as medidas que a Comissão tenciona tomar no próximo ano através de legislação e de outras iniciativas nas seguintes áreas: *Pacto Ecológico Europeu, Uma Europa preparada para a era digital, Uma economia ao serviço das pessoas, Uma Europa mais forte no mundo, Promoção do modo de vida europeu* e *Um novo impulso para a democracia europeia.*

Destaca-se ainda o *briefing* do *think-tank* do PE sobre o ponto de situação das seis prioridades políticas da Comissão Europeia.

3. VISITA DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA À UCRÂNIA

Logo após o discurso do Estado da União, a Presidente da Comissão Europeia realizou uma visita à Ucrânia (as declarações à imprensa estão aqui), para discutir a cooperação com este país após a atribuição do estatuto de candidato e o ponto de situação no conflito militar.

Temos dado nota (como na Síntese anterior) dos desenvolvimentos neste conflito, nomeadamente o Instituto para os Estudos da Guerra faz um acompanhamento diário da situação militar (disponível aqui), incluindo um mapa interativo sobre as disputas territoriais (aqui). Damos agora nota de um estudo do European Council on Foreign Relations, intitulado *Survive and thrive: A European plan to support Ukraine in the long war against Russia* (disponível aqui). As principais ideias são as seguintes:

- É provável que a guerra da Rússia contra a Ucrânia dure muitos anos, mesmo que a violência possa, por vezes, diminuir;
- Para apoiar a Ucrânia durante este conflito, os europeus deveriam elaborar um "*plano de guerra longa*" em quatro partes;
- Este plano incluiria assistência militar à Ucrânia sob a forma de um "*pacto de segurança*"; garantias de segurança que respondessem a cenários de escalada russa; apoio económico, dando à Ucrânia acesso ao mercado único da UE; e ajuda para assegurar o abastecimento energético da Ucrânia;
- Para além do seu impacto prático, este plano demonstrará o empenho dos europeus em ajudar a Ucrânia, mostrando a Kiev, Moscovo, e à comunidade global em geral, que a UE está nela a longo prazo. O plano de guerra a longo prazo também proporcionará clareza ao público ansioso nos Estados-Membros;
- Juntas, estas propostas protegerão a soberania e a integridade territorial da Ucrânia e ajudarão a criar as condições a longo prazo para uma resolução da guerra - se e quando surgir uma atitude mais construtiva no *Kremlin*.

4. ELEIÇÕES NA SUÉCIA

No dia 11 de setembro tiveram lugar as eleições legislativas na Suécia (próxima Presidência do Conselho da UE). Destacam-se nos principais resultados que o *Social Democratic party* (S&D) consolidou a sua posição como o maior partido e aumentou o seu apoio desde as últimas eleições em 2018, atingindo 32,7% dos votos. O *Sweden Democrats* (ECR) aumentou o seu apoio em cerca de 3%, e é pela primeira vez o segundo maior partido com 20,2% dos votos, e o *Moderate party* (PPE), tradicionalmente o segundo maior partido, perdeu apoio e alcançou 17,9% dos votos. Os cinco partidos mais pequenos do *Riksdag* perderam também apoio, com exceção do *Green party* (EFA). Os oito partidos representados no Parlamento sueco atingiram pelo menos 4% dos votos e, portanto, são

elegíveis para a distribuição de lugares no novo *Riksdag*. O *Politico* disponibiliza uma análise gráfica dos resultados aqui.

5. COMISSÃO EUROPEIA | PREÇOS DA ENERGIA

A Comissão Europeia propôs uma intervenção de emergência nos mercados europeus de energia para fazer face aos aumentos dos preços da energia. Para aliviar a pressão sobre os agregados familiares e sobre as empresas europeias, a Comissão propõe a adoção de medidas excecionais de redução da procura de eletricidade, por forma a baixar o custo para os consumidores, assim como medidas que visam redistribuir as receitas excedentárias do setor da energia em benefício dos consumidores finais. As medidas propostas traduzem-se na:

- obrigação da **redução do consumo de eletricidade em pelo menos 5% durante as horas de ponta**, de modo a reduzir a procura nas faixas horárias em que o consumo de eletricidade é mais dispendioso;
- **redução, por parte dos Estados-Membros, da procura global de eletricidade de pelo menos 10%** até 31 de março de 2023;
- **imposição de um limite máximo temporário das receitas dos produtores de eletricidade infra-marginais** (produtores que utilizam tecnologias menos dispendiosas como as energias renováveis, energia nuclear e lenhite, e que fornecem eletricidade à rede a um custo inferior). O limite máximo das receitas infra-marginais seria fixado em 180 euros/MWh e as receitas que excedam o limite máximo são cobradas pelos governos dos Estados-Membros e utilizadas para reduzir as faturas dos consumidores;
- **contribuição de solidariedade temporária sobre as receitas excedentárias geradas por atividades nos setores do petróleo, gás, carvão e refinarias não abrangidas pelo limite máximo aplicável às receitas infra-marginais**. Seria cobrada, pelos Estados-Membros, sobre a parte dos lucros de 2022 que excedam o aumento de 20% dos lucros médios dos três anos precedentes, e as receitas seriam redirecionadas para os consumidores de energia, em especial os agregados familiares vulneráveis, as empresas mais afetadas e as indústrias com utilização intensiva de energia;
- **intervenção sobre as regras do mercado da eletricidade**, através do alargamento do conjunto de instrumentos sobre os preços da energia a fim de ajudar os consumidores, permitindo, pela primeira vez, regular os preços da eletricidade abaixo do custo de produção e alargar os preços regulados às pequenas e médias empresas.

Estas medidas surgem na sequência de outras já adotadas como o enchimento das instalações de armazenamento de gás e a redução da procura de gás, continuando a Comissão também a desenvolver instrumentos para aumentar a liquidez do mercado dos serviços públicos de energia e a reexaminar o quadro temporário de crise para os auxílios estatais.

A seção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível aqui.

O *think-tank* do PE disponibilizou um *briefing* sobre as consequências da guerra na Ucrânia nos preços da energia, disponível aqui.

Sobre esta matéria, demos também nota dos trabalhos recentes do Instituto Bruegel sobre a crise energética na UE e possíveis cenários para a ultrapassar (disponível aqui) e importa referir a análise que o *Financial Times* (FT) faz esta semana, onde evidencia as divergências entre os Estados-Membros, nomeadamente que "*os planos (...) são demasiado vagos e (...) não permitem margem de manobra suficiente*". Citando Axel Eggert, diretor-geral da *Eurofer* (associação europeia do aço), é pouco provável que as medidas "*travem a atual tendência de cortes de produção e despedimentos temporários*".

Por outro lado, há relatos de que os Estados-Membros têm outras preocupações, sendo que vários querem que a redução da procura de electricidade seja voluntária e outros questionaram como deveriam ser identificadas as horas de ponta da procura de electricidade. Por exemplo, e ainda segundo o FT, existem diferenças nacionais importantes: os Países Baixos têm um mercado de electricidade liberalizado, o que torna difícil um tecto de receitas para os produtores de electricidade sem gás. Por outro lado, o Luxemburgo, a Lituânia e a Letónia, importadores líquidos de electricidade, avisaram que, sem geradores de energia, não receberão qualquer rendimento de emergência. A Polónia tem suscitado a questão da base legal e da terminologia: a Comissão refere tratar-se de *"tecto de receitas"* e *"contribuição solidária"*, a serem adotados por maioria qualificada. Porém, se forem considerados como taxas/impostos, tal deve ser acordado por unanimidade.

No que diz respeito à possibilidade de imposição de um preço máximo para a importação de gás russo (que não foi formalmente proposta) há resistências de alguns Estados-Membros (e.g. Áustria, que ainda recebe 50% do seu gás da Rússia) que temem cortes retaliatórios. Finalmente, os ministros das finanças no início do próximo mês discutirão ideias para um *"disjuntor"* que interromperia o comércio de energia em alturas de *"volatilidade excessiva"*. A Eslovénia propôs o plano, alegando que os *"manipuladores de mercado"* estão a fazer subir os preços.

6. COMISSÃO EUROPEIA | PROIBIÇÃO DE PRODUTOS FABRICADOS COM RECURSO AO TRABALHO FORÇADO NO MERCADO DA UE

A Comissão Europeia adotou uma proposta que proíbe os produtos fabricados com recurso a trabalho forçado no mercado da UE, abrangendo esta proposta todos os produtos, incluindo os fabricados na UE para consumo interno e exportação e os produtos importados, sem visar empresas ou indústrias específicas.

As autoridades nacionais dos Estados-Membros aplicarão a proibição através de um **controlo rigoroso e baseado no risco**, avaliando preliminarmente os riscos de trabalho forçado, utilizando diferentes **fontes de informação**, incluindo contributos da sociedade civil, base de dados de riscos de trabalho forçado sobre produtos e áreas geográficas específicos e a informação relativa ao **dever de diligência das empresas**. Investigarão os produtos com suspeitas fundadas de fabrico com recurso ao trabalho forçado e poderão solicitar informações às empresas e efetuar controlos e inspeções, incluindo em países fora da UE. A Comissão formulará um **conjunto de orientações** no prazo de 18 meses a partir da data de entrada em vigor do presente regulamento, que incluirá orientações relativas ao dever de diligência em matéria de trabalho forçado e informações sobre os indicadores de risco do trabalho forçado.

7. COMISSÃO EUROPEIA | CIBER-RESILIÊNCIA

A Comissão apresentou ainda uma proposta para um novo ato legislativo sobre a ciber-resiliência, a fim de proteger os consumidores e as empresas de produtos que não disponham de caraterísticas de segurança adequadas. Anunciado pela presidente Ursula von der Leyen em setembro de 2021 no seu discurso sobre o estado da União, e tendo por base a Estratégia de Cibersegurança da UE e a Estratégia para a União da Segurança, esta será a primeira legislação deste tipo a ser adotada a nível da UE, que introduz requisitos obrigatórios em matéria de cibersegurança para os produtos com elementos digitais, ao longo de todo o seu ciclo de vida. Aumentará não só a responsabilidade dos fabricantes, obrigando-os a prestar assistência a nível de segurança e a atualizar o seu *software* para fazer face às vulnerabilidades detetadas, mas permitirá também aos consumidores dispor de informações suficientes sobre a cibersegurança dos produtos que compram e utilizam.

As medidas propostas baseiam-se no novo quadro legislativo da UE em matéria de produtos e definirão assim:

- **Regras para a colocação no mercado de produtos com elementos digitais**, a fim de garantir a sua cibersegurança; **requisitos essenciais para a conceção, o desenvolvimento e a produção de produtos** com elementos digitais e obrigações dos operadores económicos em relação a esses produtos; **requisitos essenciais para os processos de tratamento da vulnerabilidade** aplicados pelos fabricantes para assegurar a cibersegurança de produtos com elementos digitais durante todo o ciclo de vida, bem como obrigações dos operadores económicos em relação a esses processos; os fabricantes terão também de **comunicar vulnerabilidades e incidentes** ativamente explorados; regras em matéria de **fiscalização e vigilância do mercado**.

A Comissão elaborou sobre a matéria a habitual seção de perguntas e respostas, que complementa esta informação.

8. COMISSÃO EUROPEIA | LIBERDADE MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Comissão Europeia adotou esta semana a legislação europeia sobre a liberdade dos meios de comunicação social, um conjunto de regras para proteger o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social, incluindo salvaguardas contra interferências políticas e vigilância.

Este regulamento assegurará aos meios de comunicação social públicos e privados que operam de forma transfronteiriça no mercado interno da UE:

- **proteção da independência editorial**: os Estados-Membros devem respeitar a liberdade editorial efetiva dos fornecedores de serviços de comunicação social e melhorar a proteção das fontes jornalísticas;
- **não utilização de *spyware*** contra os meios de comunicação social;
- **independência dos meios de comunicação de serviço público**, devendo o seu financiamento ser adequado e estável a fim de assegurar a independência editorial;
- **testes de pluralismo dos meios de comunicação social**;
- **transparência da publicidade estatal**;
- **proteção do conteúdo *online*** dos meios de comunicação social;
- **o novo direito dos utilizadores de personalizar a sua oferta de meios de comunicação**.

O regulamento é acompanhado por uma recomendação composta por boas práticas de base voluntária recolhidas no setor.

A Comissão propõe ainda a criação de um novo Conselho Europeu independente para os Serviços de Comunicação Social, composto por autoridades nacionais de comunicação social, e que promoverá a aplicação eficaz do quadro legal da UE na matéria. A seção de perguntas e respostas encontra-se disponível.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas

Os ministros reuniram-se em Praga para debater a segurança alimentar e o papel da UE na sustentabilidade global da produção alimentar, tendo concordado que a UE deve agir de forma coordenada para maximizar o aumento sustentável da produção agrícola e acelerar a utilização de

técnicas modernas na agricultura. A reunião contou, além dos ministros dos Estados-Membros, com a presença dos ministros da agricultura da Ucrânia, Geórgia e Moldávia.

10. NOVO SECRETÁRIO-GERAL DO PARLAMENTO EUROPEU

A Mesa do Parlamento Europeu nomeou, esta semana, como seu novo Secretário-Geral Alessandro Chiocchetti, que iniciará funções no dia 1 de janeiro de 2023. Alessandro Chiocchetti é atualmente chefe de gabinete da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola. A nomeação surge na sequência da decisão da Mesa de aceitar, em junho passado, a opção do atual Secretário-Geral em exercício, Klaus Welle, de se reformar até ao final de 2022.

11. NOVO DEPUTADO PORTUGUÊS NO PARLAMENTO EUROPEU

Na sessão plenária do Parlamento Europeu que decorreu esta semana foi anunciada a substituição do Deputado Manuel Pizarro (PS - S&D), atual Ministro da Saúde, pelo Deputado João Albuquerque (PS - S&D).

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana não haverá trabalhos no Parlamento Europeu. Destaca-se, no entanto, a visita de uma delegação da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu a Portugal, que terá lugar entre os dias 19 e 21 de setembro.

Comissão Europeia

A próxima reunião do Colégio será no dia 21 de setembro, destacando-se a *revisão do regulamento relativo às armas de fogo* e *recomendação relativa ao rastreio do cancro*.

Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 20.09: Conselho dos Assuntos Gerais

Bruxelas | 16 de setembro de 2022

Para mais informações: Catarina Ribeiro Lopes, Representante Permanente da AR junto da UE e Bruno Dias Pinheiro, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.